



Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 120ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1975
SEGUNDA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Lúcio Machado.

As quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antonio Façci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Werner Wanderer. (27); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes. (27).-

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 107/75. Veto aposto ao Projeto de Lei n. 111/74, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo conceder auxílio de Cr\$ 151.448, 33 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos), ao município de Arapongas na forma que especifica. Parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto.-

OF. 117/75.

Curitiba, 23 de junho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 53/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 111/74, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo, a conceder

um auxílio ao Município de Arapongas no valor de Cr\$ 151.448,33 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos), para satisfazer um débito de igual valor junto ao Departamento de Edificações e Obras Especiais, contraído nos exercícios de 1969 e 1971.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35, da Carta Política Estadual, que conferem ao Governador do Estado a competência para iniciativa de leis cuja execução crie, aumente ou autorize despesa pública.

Por outro lado, lavo frisar que o veto ora apostado, em razão dos imperativos constitucionais, não impede que o assunto venha oportunidade a ser examinado pelos órgãos competentes da Administração.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

O SR. MUGGIATI FILHO - (Para discutir).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos aduzir ao que ficou registrado nesta Casa por ocasião dos debates desta matéria, em absoluto, Sr. Presidente não nos convencem as razões apresentadas pelo Poder Executivo para vetar o projeto de lei.

Alega o Poder Executivo que "a negativa da sanção ao Plano de Lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35, da Carta Política Estadual".

Ora o art. 25, em referência, declara: "A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa ao Governo e aos Tribunais estaduais, nos casos previstos na Constituição". Os demais itens deste artigo não se aplicam à matéria.

O art. 35, que é onde procura se escorar melhor, o veto governamental, diz: "É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixam vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedem subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

É, verdade o ofício governamental estriba-se neste art. 35 quando diz que a competência para iniciativa da lei cria ou aumenta a despesa.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, segundo se constata a despesa já foi feita a partir de 1969. O Governo do Estado realizou essa despesa a partir de 1969 até 1973 conforme constam nas faturas examinadas neste plenário com relação a obras de combate a erosão no município de Arapongas. As Despesas foram feitas no município de Arapongas pelo Estado e, naquela ocasião, o Estado não tinha autorização do Município ou o compromisso do Município de pagá-las, porque a Câmara de Vereadores não recebeu mensagem alguma neste sentido. Portanto, o Governo realizou, executou essas despesas por sua responsabilidade.

A forma viável de realizar a contabilidade seria esta: que o Governo reconheça, como realmente é, a doação feita ao município. Não se trata de criar despesas como disse o veto, Sr. Presidente, nem de aumentar e nem de autorizar despesa. A despesa já foi feita. O fato já está consumado e nós nos reportamos ao

parecer inicial da Comissão de Constituição e Justiça que era favorável ao projeto. Estranhamos que agora a Comissão de Constituição e Justiça, pelo eminente relator, Deputado Ivan Rüppel, se tenha pronunciado contrariamente ao mérito do projeto.

Há um equívoco governamental em suas razões para vetar o projeto, uma vez que não se trata de criar aquilo que já está criado, de fazer o que já foi feito, de autorizar o que já foi autorizado. Trata-se única e exclusivamente de evitar que queira o Estado cobrar indevidamente uma coisa que o município não lhe deve. Estas as razões pela qual nos mantemos a favor do projeto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a proposição.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir).

Sr. Presidente, muito embora não conteste as afirmações do eminente Deputado líder da bancada do MDB devo, por outro lado, significar que as razões governamentais que regulam o veto deixam pressupor que o Executivo encontrará solução para o problema sem a iniciativa de uma lei autorizatória.

Diz nas suas razões o Sr. Governador Jayme Canet: por outro lado vale frisar que o veto ora apostado, em razões dos imperativos constitucionais, não impedem que o assunto venha oportunamente a ser examinado pelos órgãos competentes da administração.

Sr. Presidente, não seria a importância de 150 mil cruzeiros que se pretende passar para a responsabilidade do Poder Público Estadual que haveria de fazer o Governo do Estado mais rico ou menos rico. Por esta razão, Sr. Presidente, pelas razões de ordem constitucionais, nós votaremos pela rejeição do projeto, pela manutenção do veto, prometendo que voltaremos a guiar administrativa ao Sr. Governador do Estado, para cobrar de S. Exa., o constante do item 4º, onde afirma que o assunto possa vir oportunamente a ser examinado pelo órgão competente da administração, atendendo dest'arte o interesse da comunidade de Arapongas e, atendendo naturalmente, o que se propôs o eminente Deputado autor desta proposição. Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Continua a discussão.

Encerrada a discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar à votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos apenas deixar bem claro uma situação de direito. Acolhemos como fruto de sua natural dedicação ao assunto que tramita nesta Casa, à explanação do eminente Líder do Governo: no tocante ao item 4º da Mensagem da proposição que vetou o projeto. Realmente há esta ressalva na mensagem, Sr. Presidente. E, seja qual for o resultado final desta matéria, na sua tramitação legislativa, nós em absoluto, dispensaremos a ajuda do eminente Deputado Ivo Thomazoni, na solução administrativa que ele se propôs, mas, Sr. Presidente, trata-se de uma questão da parte constitucional que nós não encontramos, uma vez que, como ficou bem claro na sua explanação, na sua explanação própria, o eminente Líder não contestou, as despesas já foram executadas e não se trata pois de aplicação do Artigo 353 da Carta Estadual, razão pela qual, Sr. Presidente, em se tratando de um preceito constitucional, em nosso entendimento foi equivocadamente invocado pela assessoria do Sr. Governador. Nós mantemos a nossa posição, porque o Projeto é constitucional, viria a crer que o exercício de atividades governamentais na própria esfera administrativa, uma vez que S. Exa. estaria de posse da Lei, para exercer o ato administrativo, que se faz necessário a contabilização ou arquivamento desta conta. —

(Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, a Liderança está

preocupada em atender parte das ponderações do eminente Líder do MDB.

Não aquela afirmação de insuficiência de argumentação constitucional usada pelo Executivo ao apresentar veto à matéria, mas Sr. Presidente, está tramitando nesta Casa, parece-me, já matéria controvertida, porquanto eminentes Srs. Deputados manifestaram opiniões conflitantes em torno da matéria, um ante-projeto de lei oriundo de mensagem governamental, visando criar um organismo sob a sigla Emopar, substituto de hoje existente Departamento de Edificações e Obras Especiais. O problema, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, e que propõe seja sanado o Deputado Muggiati Filho, é aquele que expunge um débito da Prefeitura de Arapongas, com o Departamento de Edificações e Obras Especiais, no valor de 152 mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e oito centavos. Quer me parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não há razão para que não firmemos um compromisso de emendarmos aquele ante-projeto de lei, considerando anistiadas as prefeituras que mantenham dívida junto àquele organismo, em fase de extinção. Talvez seja esta a solução, se adotado aquilo que poderá atender aos interesses da administração de Arapongas, com o compromisso da Liderança, como solicitação ao Sr. Governador, aceite a sugestão de isentar o município de Arapongas de seu compromisso escriturado contra si, por serviços já executados por aquele Departamento, na área daquele município.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós votaremos pela manutenção do veto.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Para encaminhar a votação).

Inicialmente, Sr. presidente, gostaria de reportar-me ao aspecto constitucional da presente matéria, porque na verdade, entendemos que assim entendeu a Comissão de Constituição e Justiça, sem qualquer voto divergente, de ficar com o veto do Exmo. Sr. Governador. Evidentemente, o relator desta matéria, foi o Deputado Ivan Rüppel, que mereceu o apoio dos demais membros que integram a Comissão, que entendeu pela constitucionalidade do Projeto de Lei e como consequência, argumentando o favor do veto governamental.

Na verdade, com o devido respeito ao autor da matéria, não se pode fugir à inconstitucionalidade preconizada pelos Art. 25 e 35, uma vez que, por este projeto, se pretende a concessão de um auxílio e como sabemos, o projeto que autorize despesas é privativa do Poder Executivo. S. Exa. o Sr. Deputado Muggiati Filho ao trazer a sustentação ao seu projeto para tentar derrubar o veto, fez alusão que há um débito do município de Arapongas junto ao DEOE e que a concessão deste auxílio teria, como bem retrata o seu projeto, o objetivo de satisfazer o débito existente, mas, de qualquer forma, está sendo concedido um auxílio ao município, e como consequência, está sendo autorizada uma despesa e com referência ao débito existente, temos apenas no projeto o entendimento que existe um débito, sem dizer as origens e as razões. Acredito que a CCJ, quando examinou o aspecto desta matéria, entendeu, para que fosse mantido o veto do Sr. Governador, com o apoio de todos os membros presentes àquela sessão, sem voto divergente, procurou este aspecto da constitucionalidade do presente projeto de lei, a que fez alusão o nobre Líder da nossa bancada e as consequências que poderiam ser tomadas evidentemente olhando o aspecto da dívida ao DOP e através de uma provocação junto ao Executivo, procurando a solução daquela dívida, mas acredito não seja o caminho mais correto. Entendo que esta Casa deve votar favoravelmente à manutenção do veto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

O SR. IVO THOMAZONI – É votação inversa?

O SR. PRESIDENTE – Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

O SR. MUGGIATI FILHO – Requeiro verificação de votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Requeiro verificação de votação tendo em vista inclusive o preceito constitucional que determina determinado número para este fim.

O SR. PRESIDENTE – Está sendo observado e será feita a verificação de votação. Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto e mantêm o veto, queiram levantar-se. A Mesa assinala a presença de apenas 25 Srs. Deputados. Não há quorum para a votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, às 14:00 horas, com a mesma Ordem do Dia.

Levanta-se a Sessão.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1975**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Trajano Bastos e Mauricio Fruet.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basilio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Quisele Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lineu Turra, Nelson Buffara, Nislo Squarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira e Waldenício Barbalho (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

34/75 Curitiba, 29 de julho de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 30 de junho de 1975, ao Convênio celebrado em 28 de dezembro de 1973, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança pública e do Interior, com o município de Mal. Cândido Rondon, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida

à apreciação dessa Augusta Casa, está expressa no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado

– **A Comissão de Constituição e Justiça.**

35/75 Curitiba, 29 de julho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 30 de junho de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Interior, com o município de Bela Vista do Paraíso, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado.

– **A Comissão de Constituição e Justiça.**

36/75 Curitiba, 29 de julho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo do Convênio celebrado em 30 de junho de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Nova Londrina, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Arthur Bernardes", na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado.

– **A Comissão de Constituição e Justiça.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no Plano de Estradas Vicinais do Estado, a ligação entre ALTAMIRA (Mun. de Palmital) a Guaraniaçu via Santa Luzia - Planaltina.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

O maior potencial econômico do Paraná é ainda a Agricultura. É ela que traz divisas ao nosso Estado e esta é uma razão bastante justa para voltarmos nossas vistas às regiões que contribuem de maneira marcante para este destaque.

Guaraniaçu produz em grande escala milho, e em menor

escala, mas não menos acentuado, produz entre outro a soja, produto preponderante na economia nacional, trazendo divisas ao nosso país pelos corredores de exportação, assim como, feijão e outros produtos de relevância ao nosso Estado.

Tal região, bastante acidentada, está privada de inter ligações municipais, condizentes com as necessitadas, pois existem algumas estradas, mas em precaríssimas condições de tráfego, as quais ficam intransitáveis por ocasião das chuvas, o que sem dúvida, isola as cidades umas das outras.

Assim, para uma solução mais urgente e a curto prazo, devem ser efetuadas, primeiramente, ligações com estradas civis, para que em futuro próximo sejam feitos planos para uma pavimentação definitiva.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A contribuição do Estado do Paraná na economia brasileira é reconhecidamente das mais relevantes. O destaque da nossa economia o coloca como verdadeiro celeiro do Brasil. No entanto, é de se notar que o Paraná tem sido pouco aquinhoado com cargos na administração federal que permitam trazer para o Estado benefícios correspondentes à nossa grande participação na economia nacional.

Se temos no Governo Federal um Ministério importante e outros cargos desempenhados por paranaenses ilustres, no setor de transportes nossa participação é nenhuma.

Nestas condições e tendo em vista que no próximo dia 12 do corrente a Rede Ferroviária Federal vai através de sua Assembléia constituir nova diretoria, o Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer o encaminhamento ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro dos Transportes, de apelo no sentido de que um nome do Paraná faça parte, de sua nova diretoria da FFF., pois a ocasião nos parece das mais oportunas.

Requer ainda, que da aprovação deste apelo, dê-se ciência ao Sr. Governador do Estado, para que S. Exa. coloque todo seu prestígio e empenho na realização desta justa e merecida aspiração paranaense.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jurandir Messias. (Ausente).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um projeto de minha autoria tem, nos últimos dias, suscitado diferentes pronunciamentos dos eminentes Deputados e tem sido motivo de notícia através de jornais falados, de televisão e também, teve inserido num dos jornais da Capital, alguns comentários.

Visa o meu projeto de lei modificar a redação dos artigos 150 e 151 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, que é o Estatuto do Funcionalismo Público do Estado.

Entendia necessária essa proposição, porquanto o projeto de lei visa sanar o conflito entre o artigo 181 e 172 da mesma lei.

Enquanto o artigo 151 prevê que o funcionário durante as férias terá direito a todas as vantagens como se estivesse em exercício, o artigo 181 prevê que somente serão mantidas, nas férias, como vantagens os itens 1 e 5 do artigo 172, ou seja, as gratificações de função e pelo risco de vida e de saúde, tanto que, amplio a redação do artigo 151, que está inserido da seguinte forma:

"Durante as férias o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício".

E eu complemento:

"Inclusive a gratificação para prestação de serviços extraordinários, gratificação pela prestação de serviços em termos de tempo integral e dedicação exclusiva, desde que os venha percebendo por um período mínimo de 12 meses".

Dado o conflito existente entre o artigo 101 e o preconizado pelo artigo 172, é que se encontrou esta solução, a mais urgente e mais própria a adotar.

Se eu neste instante adotasse as palavras aqui pronunciadas na sessão imediatamente anterior a esta, ditas pelo eminente líder do MDB, eu diria que, a proposição não é inconstitucional porque não se pretende fazer o que está feito, não se pretende, como disse V. Exa., inovar o que foi inovado, tão somente o Governo do Estado paga vantagens e elas podem ser todas como gratificação pela prestação de serviços de tempo integral, como, gratificação pela prestação de serviços extraordinários ou outras, impedido tão somente o funcionário no uso do período de que férias, as perceba como pretende o plano de lei, que ele, funcionário, as perceba.

Estranho tão somente que o Canal 4 no seu noticioso do meio-dia de quarta e quinta-feira da semana que passou, tivesse feito comentários, atribuindo comentários ao eminente Deputado Fidelcino Tolentino. Justo que o editorial O ESTADO DO PARANÁ, de sábado, cobre desta Assembléia a aprovação com urgência deste plano de lei, só que, não me atribui a iniciativa, mas dá a iniciativa como sendo do Deputado Fidelcino Tolentino.

Para sanar tão somente algumas incompreensões, acredito não tenha havido maldade alguma da parte dos comentaristas, principalmente daquele canal de televisão e nem de quem escreve o editorial do O ESTADO DO PARANÁ, é que venho à tribuna - para apelar aos eminentes pares que se dê dedicação ao funcionário público estadual neste aspecto, fazendo-os perceber estas vantagens, quando em férias, para que não se permita mais que o funcionário público civil, principalmente do Estado, fique 10 ou 15 anos sem o direito de percepção de férias, porquanto no gozo de férias não recebe as gratificações.

O apelo que faço é para que a nossa Comissão Técnica, a mais importante da Casa, a Comissão de Constituição e Justiça, analise a proposição com isenção de ânimo para que o funcionalismo público do Estado alcance, receba aquilo que há tanto tempo vem lutando.

Era, Sr. Presidente, o que cabia neste Pequeno Expediente, além de registrar um fato auspicioso para a cidade de Pato Branco e do Sudoeste do Paraná.

É que hoje se inaugura, em Pato Branco, a Agência do Instituto Nacional de Previdência Social, conquista que levou alguns anos para atender à justa aspiração da população do Sudoeste paranaense.

Desejo, neste instante, cumprimentar as autoridades constituídas daquele município e a população toda da região Sudoeste por ver inaugurada hoje, a sua agência do INPS.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito. Não se encontrando no Plenário, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Revista "VEJA" nº 362 de hoje, publica o seguinte comentário a respeito do Paraná:

"O Governo gastava 1 bilhão de cruzeiros por ano em publicidade para apregoar sua dedicação ao progresso do Estado.

A publicação era tanta que extravasava os cronogramas. Na segunda quinzena de março, início do Governo Jayme Canet

Junior, no Paraná, um caminhão encostou em local proibido junto ao Palácio Iguazu para entregar às autoridades 20 mil exemplares da obra "Paraná Terra de Todos Nós", um título sintomático.

Tratava-se de uma rica publicação em cores recheada de ditirambos aos feitos do Governo.

Só que o Governo era outro. Da administração Emílio Gomes que fizera a encomenda a um nebuloso escritório de comunicação denominado Guavira, não havia qualquer empenho de verba, licitação, convite, concorrência ou contrato para que se fizesse a laudatória edição, hoje, recolhida aos depósitos do Palácio.

No Tribunal de Contas discute-se quem paga as despesas do mal entendido 1,2 milhão de cruzeiros.

Por essas e outras é que os tribunais de Contas trabalham a todo vapor, assoberbados por um excesso de carga.

O relatório do Governo Emílio Gomes foi encaminhado à Assembléia Legislativa na semana passada com parecer favorável do Relator Conselheiro Raul R. Viana que ainda assim registra na página 60:

"Lamentavelmente, chegou-se à conclusão de que não houve nenhuma disciplina na execução orçamentária e que o caos foi a nota dominante em quadro de tão acentuada importância".

E incluía 11 sugestões "para aprimorar a execução do orçamento do Estado". A Assembléia terá, portanto, muito que discutir.

Lemos este texto, Srs. Deputados, para dizer que esta Casa como autêntica representante, estará com os olhos bem abertos para que possamos apontar e apurar responsabilidade, para que se não jogue o dinheiro público fora. Aproveitamos também para dar a nossa solidariedade ao Deputado Federal Italo Conti que, na semana passada próxima, solicitou CPI a fim de apurar irregularidades na compra de hospitais, inclusive de dois do Paraná, pelo INPS.

Temos a certeza que, desta forma, estaremos correspondendo a confiança que o povo do Paraná depositou em nós.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Manoel, inscrito. Não se achando presente o Deputado Gabriel Manoel, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O problema criado com as geadas no Estado do Paraná tem tido graves consequências, mas, na verdade, o Governo Federal, os órgãos técnicos, todos eles têm procurado colaborar e contribuir para que a situação seja menos grave.

Entendemos porisso que todos aqueles que tiverem algum subsídio para fornecer, para criar condições melhores ao nosso agricultor devem fazê-lo, razão pela qual hoje, na tribuna, queremos apresentar os seguintes requerimentos: (Lê):

"Senhor Presidente.

Considerando que para amenizar a difícil situação porque passa a economia cafeeira, o Governo Federal elaborou PLANO DE EMERGÊNCIA PARA RECUPERAÇÃO DE CAFÉS GEADOS.

Considerando que para todas as faixas de cafés atingidos foram programadas medidas especiais para atendimento a diferentes situações;

Considerando que para os débitos contratados antes de 1974, época que ainda não havia sido criado o PROAGRO, foram concedidas medidas especiais de prorrogação de prazo;

Considerando ainda que é desejo do próprio governador que os cafeicultores façam adesão ao PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (PROAGRO).

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais requer o envio do ofício aos excelentíssimos Senhores

Dr. Paulo Hortêncio Pereira Lyra, DD. Presidente do Banco Central e ao Dr. Angelo Calmon de Sá, DD. Presidente do Banco do Brasil S/A., sugerindo que:

a) Os saldos das diversas linhas de financiamentos concedidos anteriormente a 1974, sejam só incorporados aos atuais para efeito de inclusão ao PROAGRO.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1975".

"Senhor Presidente.

O Governo Federal, através de um trabalho bem elaborado, onde a participação de técnicos dos mais diversos órgãos especializados esteve presente, estabeleceu normas para o lançamento do objetivo PLANO DE EMERGÊNCIA PARA RECUPERAÇÃO DE CAFÉS GEADOS.

Destaca-se em todo o seu teor o cuidado de propiciar aos cafeicultores um atendimento efetivo, onde abrangesse todas as áreas.

Entendemos por isso que dentro de um só critério. Não poderá alcançar os melhores objetivos, quando o Plano de Emergência deve atender quatro Estados brasileiros com situações diversas.

No item IV do referido Plano foram fixadas normas para o PLANTIO DE CULTURAS INTERCALARES NOS CAFEZAIS.

A prática do sistema de cultivo de lavouras intercalares é uma alternativa econômica e que deve ser feita até a plena recuperação dos cafezais.

O objetivo está bem claro, pois propicia ao agricultor nova fonte de renda, além de absorver boa parte da mão-de-obra.

Assim, as lavouras de feijão, menta, milho, arroz, girassol, amendoim, soja e trigo que forem plantadas intercaladas ao café, receberam normalmente o financiamento pelo sistema nacional de crédito nos períodos 1975/76 e 1976/77.

Ficou excluído o ALGODÃO, que além de ser cultura de ótima rentabilidade e de excelente produtividade em nosso Estado, tem condições de absorver com maior facilidade uma faixa bem maior da mão-de-obra ociosa, em consequência da geada.

Destaca-se ainda que na cultura do algodão, a renda familiar do lavrador se avoluma, pois ela é praticada por quase todos os membros da família, independente do sexo ou idade.

Entendemos que exatamente quando o Governo Federal vem dando excepcional atenção ao homem do campo e ainda considerando ser esta mais uma contribuição para a lavoura paranaense, o Deputado que o presente subscreve, no uso de prerrogativas que-lhe são conferidas por lei, requer, após ouvido o plenário, o seguinte:

1 — Solicitar para a inclusão do plantio do algodão como cultura intercalada nos cafezais.

2 — Aprovado o presente, seja o mesmo endereçado aos Exmos. Senhores:

Dr. Alysson Paulinelli — DD. Ministro da Agricultura.

Dr. José Ribamar de Mello — Diretor do Crédito Rural do Banco do Brasil S/A.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1975".

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que está esgotado o tempo que lhe é concedido. No entanto, concede-lhe mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não entendemos porque o algodão que sempre foi, e é, uma cultura de alta rentabilidade, ficasse esquecido como cultura intercalada nas lavouras do café. O algodão absorve a mão-de-obra de toda a família do lavrador, porque, desde as crianças, até os velhos, as mulheres, têm condições de trabalhar na sua cultura.

Era, só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, inscrito.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – (Lendo): Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois que o Paraná passou por dois fenômenos climáticos dos mais devastadores – a geada e o fogo – justo é que se registre o dinamismo do Governo Federal e do Governador Jayme Canet Junior, ao enfrentar a séria dificuldade que se abateu no meu Estado.

Preciso é, antes de tudo, que se afirme que nem a neve, nem o fogo, conseguiram abater o ânimo do paranaense ou do paranaense, porque o nosso Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um dos exemplos mais vivos de brasilidade.

Aqui comungam, brasileiros de todos os quadrantes, estrangeiros de quase todos os países do mundo, irmanados num único princípio que é o de trabalhar pelo progresso da Nação.

Mas, Senhores, se não tivéssemos um comando firme na hora das intempéries nada adiantaria.

Felizmente assim não aconteceu.

O dispositivo federal adicionado exatamente a tempo, na presença de ministros, de altos funcionários e a disposição de combatividade do Governador Jayme Canet Junior, estão devolvendo ao Paraná a segurança que ele precisa para cumprir a sua parte no contexto da Federação.

Vejam-se as providências imediatas tomadas pela PROAGRO e o Banco do Estado do Paraná, informando que se encontram em condições de atender aqueles que fazem parte desse programa.

Note-se que o Governador Canet, afirmou enfaticamente e com razão, não faz muito que, “logo deixaremos o Paraná verde outra vez”.

E sem medo de errar, que o povo de nossa terra está notando realmente que encontrou no Governo o amparo que precisava. Com essa tônica, com essa dinâmica, com esse temperamento de combate apanágio do povo paranaense, ninguém pode ter dúvida de que realmente o que o fenômeno climático destruiu, criando consequentemente outro fenômeno que foi o fogo, o homem pelo seu trabalho voltará a construir.

Principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se considerarmos, e isso temos de fazer, que não há dificuldades insuperáveis, quando se tem no comando geral homens como o Presidente Geisel, e possui no comando do Executivo paranaense, homens como Canet Junior, que sabe enfrentar tormentas, combater incêndios, com a destinação de verdadeiros condutores de homens.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui, mais uma vez o meu pronunciamento de fé e confiança nos destinos de nosso Estado, com a certeza de que ele se recuperará muito em breve, continuando a produzir divisas para o Brasil, progresso para a Nação, segurança para o País”.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A fim de atender denúncias formuladas por quem de direito – o povo – apresento, nesta oportunidade, como peça principal de um requerimento de denúncias que farei oportunamente desta tribuna, apresento agora um requerimento à Secretaria de Saúde, pedindo informações sobre cobertores e flanelas, mandadas a Ribeirão do Pinhal, para serem distribuídos a indigentes daquela localidade. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando dos direitos que lhes são conferidos por Lei, e tendo em vista denúncias em seu poder retiradas de agasalhos “Cobertores e Flanelas” pelos Senhores, Doutor CALITO TOMÉ e PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL, requer,

Seja oficiado à Secretaria de Bem Estar Social, pedindo

que se informe como medida de urgência urgentíssima o seguinte:

1º – Quantos cobertores e quantas peças de flanelas foram entregues ao Doutor CALITO TOMÉ e para que fins.

2º – Da mesma forma, do item 1º informe sobre a entrega efetuada ao Prefeito Municipal daquele Município.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1975.”

O outro requerimento, Sr. Presidente, refere-se a uma ponte, com um vão aproximadamente de 60 metros e que por mais de 5 anos já, oferece perigo. Trata-se da ponte que liga as localidades de São Francisco do Imbaú e Rolândia, entre Congoinhas e Ribeirão do Pinhal.

A referida ponte tem um aspecto negativo do trabalho de um governo que parece não ter à frente de sua administração homens que, pelo menos tenham coragem de denunciar os erros, administrativos ou não, que se cometem neste Estado.

Por duas campanhas políticas, em 1970, quando aqui não consegui chegar, passava por aquela ponte e naquela oportunidade denunciei, para em 1974, passar pela mesma geringonça e verificar que lá está o retrato mais alto do abandono do atual Governo do Estado, ou melhor, dos atuais Governos do Estado do Paraná.

Estou requerendo à Secretaria dos Transportes, providências no sentido de reconstrução da ponte que liga São Francisco do Imbaú à Rolândia. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista abaixo assinado subscreito por moradores e usuário da ponte que liga São Francisco do Imbaú e Rolândia, nos municípios de Ribeirão do Pinhal e Congoinhas, requer, seja oficiado em caráter de urgência à Secretaria dos Transportes, solicitando a reconstrução da ponte que liga as comunidades e municípios citados em súmula, numa extensão de aproximadamente 60 metros de extensão, existente sobre o Rio Laranjinha naquelas localidades, cujo perigo a que a referida ponte oferece poderá ser fato de ocorrências imprevistas se medidas urgentes não forem tomadas.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1975”.

Era isso que tínhamos para hoje.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, principalmente tendo em vista a fala do líder do governo, Deputado Ivo Thomazoni, referente a projeto de sua autoria, que tramita nesta Casa.

Já falei a respeito desse mesmo projeto, adiantando-me em declinar minha interpretação a respeito da condução desse procedimento legislativo.

Da nossa parte, naquela oportunidade, apenas nos referimos a que o Estatuto do Funcionalismo Público já tratava da matéria, relativamente às vantagens, como sendo gratificação e extraordinário dos funcionários. E que toda a matéria, no nosso entender, estava e está disciplinada nos arts. 151, 169 e 172, os últimos artigos com seus incisos II.

Por outro lado, tendo em vista que S. Exa. se referiu a nossa posição e também ao trabalho jornalístico de canais de televisão e imprensa escrita que teria me atribuído tal iniciativa, lamentavelmente não vi e se realmente ocorreu deve ter sido num lapso, de que teríamos sido nós os iniciadores quando, na verdade, corroboro o pensamento do líder da Arena: o projeto de sua autoria. Vim à tribuna, naquela oportunidade, para tecer comentários a respeito do nosso entendimento da inoportunidade constitucional, quer dizer da inconstitucionalidade da matéria.

a nosso ver, uma vez que está disciplinada, bastaria, quando muito, uma regulamentação.

No entanto, quero aproveitar para lembrar que houve um decreto do antigo Deputado e Presidente desta Casa, João Mansur por ocasião de sua passagem ligeira no Governo do Estado do Paraná. Esse decreto trouxe uma polêmica e uma diversidade de interpretação uma vez que procurou prescrever direito do funcionário público.

Oportunamente com relação a esta matéria pretendo, discuti-la, porque entendemos que o art. 181 em nada conflita com aquilo que já dissemos a respeito da matéria. Entendemos que a pretensão deste projeto, data vênio do líder do Governo, é criar um determinado cerceamento à liberalidade legal que têm já pelos Estatutos os servidores públicos.

O art. 149 do projeto de S. Exa. fala que as férias não poderão ser fracionadas. E eu pergunto: E as que estão sendo gozadas e que forem cassadas? Não teria então a autoridade o direito de cassar as férias por razão relevante?

Por outro lado, a supressão dos parágrafos do art. 150 neste pretensão projeto, deixa claro que a intenção de tornar omissa o direito de contagem em dobro das férias não gozadas e presunção da necessidade de serviço prevista no parágrafo primeiro do atual art. 150 poderia ocorrer como omissão de aviso do chefe imediato, que por este projeto inovado não haverá de ocorrer esta vontade, tem que ser manifesta.

Lembro que, antigamente, o funcionário no decurso de 5 anos poderia contar em dobro as férias não gozadas; pelo projeto que tramita nesta Casa, elas seriam reduzidas para 2 anos e ainda com disciplinação.

Tendo em vista o adiantado do tempo eu só faria este esclarecimento: — que, a nossa posição sempre foi em favor do funcionalismo público mormente na questão deste direito que sofridamente conquistou. Seria um recuo no Estatuto do Funcionário Público e mais ainda, um recuo que não é da competência do Legislativo. Afirmando mais uma vez que a matéria está disciplinada, basta quando muito, ser regulamentada.

Por outro lado se houve — e eu não vi e se tivesse visto e lido ou ouvido — se deu para entender, como se fôssemos nós, teríamos a humildade suficiente e necessária para solicitar aos órgãos de divulgação que, evidentemente não seria nosso, principalmente não seria nosso porque eu entendo que a matéria é inconstitucional.

Outra coisa, a provocação da polêmica poderá gerar aí uma evolução na conquista do direito do funcionário público, ao lado de quem nós do MDB, e nós particularmente, sempre estivemos e vamos estar porque, uma das metas do nosso partido é a conquista do direito social.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Carvalho. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, terceiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Querida, ao iniciar este nosso pronunciamento da tarde de hoje, quando iniciamos aqui no Paraná uma campanha que terá a concordância, creio, da totalidade desta Casa, — sabemos perfeitamente bem de que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem há tempos atrás instituiu em todo o território nacional a pesagem de tonelagem a serem transportadas pelos caminhões de carga — fazermos com que alguma coisa fosse reguardada no interesse comum, no interesse do Governo brasileiro.

Passou-se o tempo, as pesagens de caminhões foram esquecidas, e somente agora, depois das denúncias, não deste Deputado mas da justificativa de que o Governo teria de encontrar para dar uma satisfação pública da sua inoperância administrati-

va, fez com que a pesagem dos caminhões, das toneladas, voltasse a ser desenvolvida aqui, particularmente no Paraná.

Foi necessário, Srs. Deputados, que a ponte que se situa sobre o Rio Tibagi quase ruísse totalmente, para que o Governo voltasse àquela sua medida inicial, justa medida esta, que nós aplaudimos inicialmente e continuaremos aplaudindo, mas com uma diferenciação da nova medida implantada hoje na pesagem dos caminhões de transportes, de cereais, do Paraná. Existe nas proximidades de Guarapuava, mais particularmente em Guará, uma balança, a qual, por uma deferência de quem lá está instalado a verificar esta pesagem, dá a condição de um pouco de diferença na tonelada a ser distribuída entre os eixos dos caminhões que fazem o transporte.

Agora, recentemente, em contacto com diversos nossos companheiros, companheiros também dos deputados que fazem assento nesta Casa, que nos procuravam gente do Sudoeste, Oeste, do Norte do Paraná, para fazer com que alguma coisa desta Casa fosse distribuída ao Governo Federal e mais particularmente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

O que é que fez esta nova medida? Esta nova medida aos caminhões Alfa-Romeu, e aqueles pequenos caminhões de transportes, distribuíram a sua carga entre cinco mil quilos na frente, e 17 mil quilos na trazeira.

Quem fez esta distribuição, gente que não conhece nada de caminhão, gente que nunca sentou num caminhão para dirigir. E o que é que acontece com esta distribuição, Srs. Deputados? O caminhão não tem estabilidade nenhuma para desenvolver o transporte do cereal. E a responsabilidade da maioria destes acidentes, os Senhores são testemunhos, é do Governo que, nesta distribuição de pesos, faz com que os caminhões não tenham a estabilidade suficiente para entrar e sair de uma curva em mais de 60, 70 graus.

Não é eu que digo porque também não entendo de caminhão, nem os meus companheiros de vocês deputados, que vivem do transporte, que conhecem o problema, foi gente que não conhece o texto a Lei. Vejam os caminhões pequenos, vejam as arbitrariedades do Governo com os caminhões grandes, Srs. Deputados. Nas carretas, nas carretas de três eixos, o primeiro eixo, o da frente, o Governo exige, na sua pesada, cinco mil quilos.

No cavalo, que é o eixo do meio, dez mil quilos. E no terceiro eixo, 25 mil quilos. Uma verdadeira aberração para quem entende do problema.

Estes nossos motoristas do Paraná e do Brasil exigem que nós, que somos seus representantes, mostrem ao Governo que uma medida ou outra terá que ser tomada. Mas o que é que faz o Governo em termos de ponto de equilíbrio dos caminhões, aqui está pois uma delas, que nós vamos referendar.

Em Guará, passando um dos caminhões, pesou este caminhão no eixo da frente 4.200 quilos; no eixo do meio, 10.550, no terceiro 24.300, totalizando o peso bruto de 39 mil quilos e 50, não chegando ao limite, do governo federal, não chegando ao limite do que nós também temos participação, porque nós estamos aqui alertando alguém que tome uma medida que venha sanar o problema. Não chegando os 40 mil quilos, este motorista para um excesso de 500 quilos feito por ele mesmo, na distribuição de pontos de equilíbrio, ou melhor, para dirigir este caminhão, foi multado.

As outras multas que nós desconhecemos demonstram a incapacidade técnica do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e aqui no Paraná, que fiscaliza e que dá a manutenção pelo DER, para que esta lei seja cumprida. E nós, que realmente atribuímos a alguém a responsabilidade, queríamos agora, além disso, fazer com que o governo também reconheça de que alguma coisa está errada.

Alguém, e as notas fiscais de Paranaguá estão lá para comprovar, alguém com toneladas superior a 40 mil quilos, usando de subterfúgio que não sei qual seja, faz com que o limite de exces-

so de peso seja transportado e pesado nestas balanças que não dão resultados.

Alguém que sai do Sudoeste com 40 mil quilos, com um só caminhão, descarreguem em Paranaguá e não são multados. Não sei que estrada que usam. Talvez a estrada pela qual eles passam não tenha balança. Mas são multados os honestos, os leais, que querem a segurança para si e distribuem melhor seu peso.

Alguns dos Senhores Deputados hão de estranhar que sendo uma matéria atinente ao Governo Federal, alguém que desfruta de um mandato de deputado estadual esteja ingerindo no assunto. Mas nosso mandato é um degrau para irmos referendar esta denúncia, que não é nossa mas do povo do Paraná, junto às autoridades federais.

Queria me pronunciar nesta Casa, para que alguns lá fora não se façam de desentendidos. Queria dizer que a balança de Guará, dá uma oportunidade aos nossos motoristas de caminhões, que transportam nossa sobrevivência, dá uma margem, uma quebra de um pouco mais ou um pouco menos.

A deferência que existe nos homens que controlam a balança em Guarapuava, não existe nos homens que detêm o mando da balança de Guatupê. Há um sentido duplo no trato. Vemos que em Guarapuava há alguns que entendem, que já foram motoristas de caminhão e que hoje devem a sua sobrevivência ao trabalho que exercem na fiscalização federal. Mas há alguns alheios à segurança, à sobrevivência de todos nós e que têm dado uma mostra, nestas balanças, de uma total inoperância no setor administrativo no Paraná.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado, V. Exa. sempre que vai à tribuna refere-se a assunto de alto interesse do Estado. Com relação a estradas V. Exa. por mais de uma vez esteve com este microfone, reclamando providências do Governo Estadual e Governo Federal.

Queria cumprimentar V. Exa. pela preocupação que vem tendo e esta preocupação V. Exa. manifesta sempre que fala em estradas. V. Exa. fala em Governo Federal, mas poderia dizer DNER, que atribue a fiscalização de transportes pesados ao DER. Está se exigindo uma tonelagem máxima distribuída nos eixos, mas deve existir a preocupação do DNER quanto à conservação das estradas que custam preços altíssimos.

Cumprimento V. Exa. por vir à tribuna apresentar críticas construtivas e também sugestões. Quanto em pronunciamento recente V. Exa. pedia providências ao DER e ao DNER para que evitassem que pontes que ligam Ponta Grossa a Curitiba ruíssem por falta de fiscalização de tonelagem de veículos, V. Exa. fazia bem e providências foram tomadas.

Quero crer que assim o fazendo com referência à tonelagem máxima, providências deveriam ser tomadas pelo DNER que atribuiria fiscalização para o DER.

Desta forma, nós entendemos que as palavras de V. Exa. encontrarão acolhida nos respectivos Departamentos do Estado. Meus cumprimentos a V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Agradeço o aparte do ilustre

Deputado Basílio Zanusso, e quero, complementar que desejamos que esta nossa presença, nesta tribuna, fosse no sentido de que sejam estabelecidas as normas concernentes ao DNER; as normas que dirigem o transporte de carga pesada em todo o território nacional. Quando tal acontecesse, fosse constituída uma comissão composta por pessoas que tratam com o transporte. Porque, ainda hoje, vemos muitas pessoas sem nenhuma responsabilidade dirigir caminhões pesados nas estradas. Então, que se constituíssem uma comissão para elaborar regulamentos, regras, normas justas para que as mesmas fossem cumpridas.

O que não concordamos é que alguém alheio a transporte, alguém que não tenha vivência nesse problema, venha legislar em

um campo totalmente desconhecido como é o do transporte pesado.

Sem dúvida que das palavras do eminente Deputado Basílio Zanusso, já tivemos o consentimento da ilustrada bancada da Arena que sempre, nos assuntos de interesse coletivo, não só interesse de Ponta Grossa, não só de interesse do Estado, mas do Brasil, temos contado com o apoio integral da bancada do Governo.

Iremos levar essas nossas palavras ao DNER, para que, em suas medidas futuras, procure sentir os interessados no assunto, ou seja, os motoristas de caminhão, do Paraná e do Brasil, que estão à mercê de leis que não podem ser cumpridas.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – A Mesa gostaria de registrar, com muito prazer, a presença, nesta Casa, do Dr. Guataçara Borba, ex-Deputado e ex-Presidente desta Casa, e do Sr. João Cavalcanti, Prefeito de Engenheiro Beltrão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, quarto orador inscrito.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última sexta-feira, quando da discussão do requerimento do ilustre Deputado Osvaldo Mácedo, houve diversos debates desta tribuna por parte de Deputados da Arena e do MDB. Nós também usamos da palavra. E voltamos hoje, para comentar diversos aspectos que, naquela oportunidade, foram abordados.

Devo dizer, Srs. Deputados, que respeito todos os Deputados que têm assento nesta Casa, principalmente aqueles que pertenceram ao meu partido de origem, ao Partido Trabalhista Brasileiro, Gabriel Manoel, Wilson Fortes, Gilberto Carvalho, Alfredo Gulin, cidadãos que já pertenceram ao extinto PTB.

Também no MDB, temos hoje 10 companheiros, Nelson Buffara, Adalberto Daros, Lúcio Machado, Ernesto Dal'Oglio, Fidelcino Tolentino, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Lineu Turra, Nilso Squarezi, Hélio Manfrinato...

O SR. GABRIEL MANOEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Estamos assistindo com muita atenção seu pronunciamento e como disse V. Exa., para honra nossa, iniciamos no glorioso e extinto Partido Trabalhista Brasileiro, orientado pelo grande estadista Getúlio Vargas, do qual V. Exa. também naquela época fazia parte.

Agradeço a V. Exa. quando se refere ao meu nome, porque, de fato, o PTB sempre foi partido do povo, que lutou pelos seus ideais.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Agradeço o aparte de V.

Exa. e não podia ser outro o seu pronunciamento. Quero congratular-me, e com isso não vai qualquer melindre aos homens que não pertenceram aquele partido.

Só não aceito o "slogan" que muitas vezes é imprimido nesta Casa, dizendo que antes de 64 só havia baderna, anarquia, comunistas, extremismos, greve. Quero só relatar isso aqui, porque não é o Partido que faz o homem, mas os homens é que fazem o partido. Hoje pertencço ao MDB, com muita honra, mas com isso não vou aceitar o que está acontecendo nesta Casa por diversas vezes, jogando a pecha a quem quer que seja, e não a leve para casa.

O SR. LÚCIO MACHADO – V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Apenas para esclarecer a V. Exa. que hoje sou Deputado pelo MDB, com muita honra, mas fui também Prefeito e Vereador pelo PTB. E me honro de dizer isto em todas as oportunidades, porque se havia fontes de infiltração dentro da estrutura política deste Estado e deste País, nós nos mantivemos sempre dentro da doutrina e espírito de paz, luta, trabalho e desenvolvimento é, acima de tudo, no sentido de honrar a coisa pública. E foi assim que fizemos quando estávamos no PTB.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA – Agradeço o aparte de V. Exa. Bem conheço V. Exa., e com muita honra comungamos em diversas jornadas e campanhas políticas.

Quero ainda lembrar aqui que com muita honra lutei na campanha do eminente brasileiro Eurico Gaspar Dutra, na campanha de 50, do eminente Getúlio Vargas, na campanha de Juscelino Kubitschek e na campanha de Henrique Teixeira Lott. Também no Estado lutei na campanha em favor de Moysés Lupion, de Bento Munhoz da Rocha Neto, de Mário de Barros, de Nelson Maculan. Participei daquelas campanhas e graças à compreensão, a amizade que temos na nossa região, esses candidatos a Presidente da República e o governo do Estado sempre venceram as eleições na nossa área.

Também já lutamos na campanha para o Senado da República, e na minha região ele foi eleito para o Senado – do atual Presidente do Banco do Estado do Paraná, que, parece, vai ser o Presidente da ARENA.

Então, quero lembrar que não é defeito nosso, dos políticos que estão no partido da oposição, é não merecemos ser pizados a todo mundo. Falamos no passado, no passado e eu me sinto afe aborrecido, porque devemos é pensar no futuro. Vamos passar uma esponja no passado e vamos trabalhar para o desenvolvimento de nosso Estado e País.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte?

O SR. DOMICIO SCARAMELLA – Concedo o aparte ao prezado colega Ivo Thomazoni, velho colega desta Casa em legislaturas passadas.

O SR. IVO THOMAZONI – Quero crer que não é minha nem de V. Exa. a memória curta, tão curta que não nos permite o direito de fazermos aqui um retrospecto, e prometo ser Breve. V. Exa., encaminhando a votação do requerimento do eminente Deputado Osvaldo Macedo, fez referência a meu nome e quero acreditar que o pronunciamento que faz hoje e as alusões que fez, dizem muito de perto às afirmações que possivelmente possa eu ter feito desta tribuna na sexta-feira, quando estava em pauta a discussão daquele requerimento.

Mas, Deputado Domicio Scaramella, por força de expressão, costumamos significar que, com o advento da revolução foi possível implantar neste País um regime que propiciou um clima de ordem de tranquilidade, de paz social e de desenvolvimento econômico. Não quer significar, absolutamente, eminente Deputado Domicio Scaramella, que se esteja regalando a segundo plano valores políticos a história do Brasil enaltece a todo instante.

Mas, o período que transcorreu entre 1960 e 1964 neste País, e V. Exa. não pode discuti-lo, foi dos mais caóticos vividos por esta Nação, porque a baderna imperou, ou V. Exa. esquece do comício da Central do Brasil onde se pretendeu comunizar este País. Ou será que a nossa memória é tão curta que não nos lembramos das greves dos estudantes com as universidades fechadas, as greves portuárias que paralizaram o transporte marítimo.

Será que não estamos lembrados do nacionalismo falso programado e nunca instituído neste País? Foi preciso que a partir de 1964 viesse a nacionalização dos fretes porque a nossa bandeira não podia atacar de muitos países, e no entanto, eles atacavam aqui.

Será que a nossa memória é tão curta para não nos lembrarmos dos estabelecimentos de crédito oficial deste País que não faziam o que fez a revolução no setor agrícola, com este despertar que, para mim é milagre, pois vemos hoje uma agricultura pujante e assistida.

Será que temos memória tão curta para pretendemos dizer que estamos mistificando quando decantamos o Governo revolucionário que, graças a Deus, nos coloca hoje em situação de potência invejada no mundo.

Estas razões, eminente Deputado, por mais que pretenda que nós da ARENA concordemos aqui, quando se ataca a Revolução de 64, em ficar calados pode ficar certo que não ocorrerá.

Devo lembrar a V. Exa., que é político de maior tempo, com maior vivência do que eu, que houve um período nesta terra, de 30 a 45, onde eu moço ainda lutava também, nos bancos escolares, por uma redemocratização que veio com figuras exponenciais e extraordinárias. Algumas já se foram e V. Exa. citou algumas. Lembro outra como a figura do Brig. Eduardo Gomes que se negou a administrar este País sem ter o referendo do voto universal e direito do povo. Naquela corrente, eminente Deputado, nasci e vivi com muita coerência, até que o UDN se apagou, que a Revolução a extinguiu. Sempre tive acesa a chama da democracia, abrigada em mim, no meu peito de democrata autêntico. O que não posso é aceitar as afirmações feitas desta tribuna de que, na época do Governo de Getúlio Vargas, era que o povo brasileiro tinha um índice de alfabetização maior do que temos agora, quando todos sabemos que isto não corresponde com a verdade, de que as nossas Faculdades abrigavam maior facilidade os filhos nossos e dos brasileiros. Temos, eminente Deputado, que, também, desta tribuna, que sermos justos e reverenciar o Governo Revolucionário que fez muito de bom. E quando se fala aqui nesta Casa na revogação imediata do Ato Institucional nº 5, pergunto na rua, e tenho feito esta enquete:

O que pensou o povo quando o Ato Institucional n. 5 foi aplicado há pouco tempo contra um Senador da República do nosso partido? Porque a classe política não foi suficientemente inteligente para creditar-se na opinião pública fazendo ela o expurgo do político que não soube se conduzir com proibidade diante das obrigações que o seu mandato eletivo lhe determina?

Hoje quando se fala na revogação do Ato 5, eu me permito olhar para trás e perguntar ao povo:

Se o Ato 5 não foi popularizado quanto o Presidente da República usou-se para cassar um mandato de um Senador da ARENA, que os Senadores da ARENA e do MDB não souberam cassá-lo?

Era este o aparte que eu queria oferecer a V. Exa., e V. Exa. me perdoe, eminente Deputado, se ao fazê-lo eu me emocionei, por que, apoio a administração deste País, pela Revolução de 64, por considerar que ela está a levar este País para os caminhos seguros, aqueles que nós haveremos de verificar, a curto prazo, de que são os melhores para nós todos os brasileiros.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA – Agradeço o aparte do eminente Líder do Governo nesta Casa e quero aqui somente observar o seguinte:

V. Exa. falou em badernas no Governo passado.

Quero dizer que não são todos os brasileiros responsáveis. Se houve alguma baderna, se houve algum desmando, é assunto solucionado. Não somos contra a revolução, e o Governo deve saber o que está fazendo. Quero lembrar a V. Exa. que não devemos somente atirar pedras. V. Exa. é um Deputado que representa uma grande zona, zona que esteve muito tumultuada é que, graças ao Governo de 1962, foi criado o GETSOP, que, quem criou foi o Governo de 62, que veio trazer tranquilidade àquela zona de terras devolutas, onde muito sangue foi derramado. Quero lembrar também a V. Exa., que foi criada uma agência do INPS em 63, e que hoje V. Exa. se congratula com aquela instalação.

O SR. IVO THOMAZONI – Foi em 68, nobre Deputado, se não me falha a memória, creio que está bem viva.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA – E o GETSOP foi administrado excelentemente, por um homem do MDB no período da Revolução, em 64. Então foi instalado depois de 7 anos.

V. Exa. fala em milagres de 64 para cá? Esses milagres são relativos, porque o próprio progresso da agricultura são coisas universais, não só no Brasil, no Paraná e na sua região, aqui há um milagre muito interessante que foi a primeira criação do Governo Revolucionário, que vemos até um ponto e que a respeitamos, quando, o saudoso Castelo Branco Presidente – eu era Presidente da Associação de Assistência aos Municípios –

criou o ICM, embora sacrificando o povo, eis que elevou uma taxa de 16,8 por cento para 18 por cento. Então, vê V. Exa. o quanto foi o aumento do imposto? Quero citar mais ainda, o aumento da energia elétrica. A criação da Lei que instituiu a Copel no Paraná, que na Revolução de 64 estava a 17 cruzeiros o KW de energia elétrica hoje está na casa dos 500 cruzeiros, então existe um milagre, a taxa rodoviária, era 10,12 mil cruzeiros para emplacar um veículo popular, um Voks, hoje é 700, 800 cruzeiros. E assim nós vemos, alguns dos progressos, com o sacrifício da bolsa do povo.

A malfadada Loteria Esportiva que vive sangrando os cofres públicos, vem sangrando os cofres dos que jogam nela, ao meu ver não porque eu não jogo, mas no meu município são 130, 140 mil cruzeiros mensais que sai de União da Vitória e que vai não sei para onde, isso também é que vem cooperando com o milagre que V. Exa. falou, o milagre de 64.

O Fundo de Garantia aos trabalhadores brasileiros, este é um fundo de garantia que é recolhido pelos bancos oficiais do Governo e que fica congelado praticamente, sai das firmas com sacrifício para ficar congelados nos bancos. Se existe as leis trabalhistas para operários, para funcionários, ela que arque com as suas responsabilidades, e não precisaríamos deste fundo, este fundo que então ficasse congelado na sua maior parte, mais de 90 por cento de crédito, principalmente nos bancos oficiais. Tem aparte o deputado.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. eminente Deputado, como municipalista que é, eu também sou, V. Exa. foi prefeito eu também fui, deveria preconizar a construção, a fixação de uma estátua do eminente Presidente Castelo Branco, em todas as sedes municipais deste País, porque nobre Deputado, a política implantadas por ele, com o advento do ICM foi o que deu ao município uma condição senão a ideal, mas a melhor de todos os tempos, para que os prefeitos se auto-determinassem, e não aumentou como V. Exa. pretende dizer, o imposto do ICM, porque o INC antigamente V. Exa. pagava sobre todas as operações, 6 por cento.

Agora o ICM é o contrário, V. Exa. paga na primeira operação e depois sobre a diferença e eu acredito até que baixou e não aumentou.

Mas eu poderia falar, nobre Deputado, sobre tantas conquistas. Falava-se muito no Governo do PTB, sobre a participação do empregado no lucro das empresas. Foi preciso a revolução de 64 vir para disciplinar esta matéria. E tantas leis de alcance social, de sindicalismo mais honesto. Vamos falar, nobre Deputado na aposentadoria de homens da lavoura, na Central de Medicamentos, nos financiamentos a juros mais baixos do mundo para a agricultura.

E porque não falar nos incentivos no preço mínimo, que não existia porque nunca existiu antes de 64.

E quando se ironiza dizendo "Plante que o Governo garanta", dever-se-ia não ironizar, para afirmar que o Governo garante porque adquire excesso de produção. Acabou-se o tempo da produção apodrecer por falta de comprador. São conquistas da revolução e que ninguém pode desmentir porque estão aí.

Era o aparte, eminente Deputado, agradecendo a paciência com que V. Exa. me ouviu.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA – Sr. Deputado, eu que aceito com prazer o aparte de V. Exa. Eu só quero lembrar a V. Exa. que antes de 64 foi feita alguma coisa em benefício do Estado. Quero referir-me às casas rurais, que davam assistências, na minha região inclusive, existiam agrônomos e veterinários hoje não existem mais.

E quero lembrar a V. Exa. que hoje o homem vai à lua, antigamente não ia. É um progresso humano. É a ciência, é o trabalho.

Se formos alegar que as leis trabalhistas não eram cumpridas, é porque faltava alguém para cumprir. As leis trabalhistas

foram criadas em governos passados e se havia falhas, também hoje existem e talvez os governos não sejam culpados e sim os que têm que executar as leis.

Mas se formos debater, levaremos dias e dias e ambos ficaremos com a razão.

Há muita coisa boa que os Governos passados fizeram, não só o de Getúlio Vargas, do contrário não teríamos condições de estar aqui e nem teriam descoberto o Brasil. Não foi depois de 64 que foi descoberto o Brasil.

Respeito o pensamento de V. Exa. que está fazendo uma boa defesa do Governo Revolucionário, com serenidade e com grande experiência política como arenista, mas temos também que fazer justiça aos governos passados.

O SR. DEL CIEL – V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Quero inicialmente cumprimentar V. Exa., pela oportunidade do pronunciamento que faz nesta Casa Legislativa, e abordar, se V. Exa. permite, aspecto relacionado aos apartes do ilustre líder do partido governista desta Casa.

Iniciaria, prezado companheiro, analisando o episódio da cassação de Wilson Campos, que foi debatido indubitavelmente a toda a classe política, mas não podemos, a nossa gente, o nosso povo e principalmente a classe política, deixar de ter conhecimento de que foi um episódio ocorrido em razão justamente da estratégia utilizada pelos maiores defensores da aplicação do ato institucional n. 5. Os grandes defensores do AI-5 é que decidiram e votaram pela absolvição de Wilson Campos, provocando este episódio que foi realmente aplaudido por toda a população brasileira.

É verdade que a saúde do povo, a suprema lei, foi abandonada, foi esquecida e hoje se anuncia a distribuição de remédios, após a desgraça ter atingido tantos lares brasileiros. Por muito remédio que se possa distribuir, não se conseguirá dar atendimento a tantos brasileiros carentes da assistência médica, hospitalar e medicamentos.

Dada a implantação do regime de fundação em nossas faculdades, com custos elevadíssimos para a cultura, para a educação, fonte que levaria este País a um grande desenvolvimento. E quanto à agricultura, o ilustre líder do Governo tem a coragem de trazer com segurança a informação de que nosso Governo está assistindo bem à agricultura. Conhecemos dados e, vivendo na agricultura, sabemos da verdadeira e real situação do homem do campo, em nosso País.

Ainda há poucos dias, recebemos a visita do ilustre Diretor do Banco Central, nesta Casa Legislativa que, na sua despedida deixava uma negra informação para nós paranaenses, quando insinuava que o Paraná deveria partir para o plantio de culturas secundárias; que o Paraná deveria alimentar o resto do Brasil, e certamente falir seu Poder Público, em face da queda de arrecadação que viria, se não dermos continuidade ao nosso grande parque pecuarista.

Assim sendo, nobre Deputado, acho que o milagre brasileiro é muito pequeno para os problemas tão grandes e crescentes da nossa Nação.

Muito obrigado.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA – Agradeço o aparte do ilustre companheiro Del Ciel, que veio esclarecer ainda mais o nosso pensamento, de encontro ao programa do MDB.

Concedo aparte ao Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ – Sr. Deputado Domicio Scaramella, estamos vivendo momentos de definição, neste País.

Porisso, quero deixar patente e registrado nos Anais da Casa que eu me enquadro entre aqueles que afirmam que não houve Revolução no País. Revolução se faz para mudar alguma coisa.

Mas, apenas para dizer que, do nosso ponto de vista, não houve Revolução, e sim contra-Revolução. Pois, aqueles que sai-

ram às ruas o foram em defesa da própria tradição da família brasileira.

Portanto, do meu ponto de vista, não houve Revolução e sim, contra-Revolução.

Dentro deste raciocínio, Srs. Deputados, é que acho que tem sido de muito mau gosto, neste País, a questão de "antes" e de "depois", de 64. Os homens de antes de 64 continuaram no Governo.

Vejam bem que, a mesma geração de 60, do final de 50, está a governar este País.

Os erros do passado até hoje se refletem, mas os acertos também. Todos se vangloriam da Petrobrás, no dia de hoje, que trouxe, inclusive, no seu bojo, o último acordo com a Alemanha no setor atômico. Belmiro Gouveia, no passado, era chamado agitador, porque preconizava para este País a indústria de tecelagem e foi assassinado por grupos internacionais, que até hoje estão por aí.

Mas, sabemos que Castelo Branco foi municipalista, mas antes foi disciplinador, ele disciplinou o Governo do Estado do Paraná que não entregava as quotas devidas aos municípios, mas entregava apenas aqueles que o interessavam.

O que ocorreu, e o nobre líder do Governo não pode me desmentir, porque foi uma das vítimas, não recebia a cota do Artigo 20, que somente este ano parece que os municípios estão recebendo, então, Castelo Branco disciplinou um Governador que hoje é Ministro da Educação.

A incoerência, e eu lastimo, é do nobre líder da ARENA, que diz o seguinte: O Brigadeiro Eduardo Gomes, verdadeiro monumento deste País, não quis governar sem o referendun popular e depois de 64, quem recebeu esse referendun? Muito obrigado.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA – Agradeço o aparte do Deputado Deni Schwartz que já foi prefeito e que já sofreu as consequências do malfadado Artigo 20. Eu ia dar a resposta ao Deputado Ivo Thomazoni, quando falou em Castelo Branco. Realmente, ele disciplinou o Artigo 20.

O SR. MUGGIATI FILHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, não tive a felicidade de acompanhar seu pronunciamento desde o início, mas vejo que V. Exa. abordou um tema de real importância para o desenvolvimento da consciência de nosso povo. Como o tempo de V. Exa. está se esgotando, faço desse aparte apenas motivo para dar um registro que reputo de alta importância. Confunde-se muito hoje, e seguidamente, os que atacam o regime vigente antes de 64, greve com baderna.

Quero dizer a V. Exa. que antes de 64 eu não pertencia ao partido que se encontrava no Governo, V. Exa. sabe disso, mas antes de 64 a greve no Brasil era um direito garantido pela Constituição e pela Lei. De tal modo que as nossas classes empregatícias podiam se socorrer desse direito sempre que se encontravam sufocadas pelo salário. Então, é de se perguntar, isso sim, se enquanto Inglaterra para um mês para atender uma greve geral de seus trabalhadores, na França acontece o mesmo, nos Estados Unidos também, em outros países, inclusive na América do Sul, se o Brasil evoluiu não permitindo que a sua classe trabalhista se manifeste livremente através de sua legítima representante.

Pergunto a V. Exa., também, em que pé se encontram, depois de 64, as garantias relativas aos direitos humanos, se é preferível que o Brasil continue nas condições em que se encontra, em que um chefe de família é arrastado para fora de seu lar e sua família e a sociedade não sabem para onde foi e, muitas vezes, restituído, como aconteceu no Município de Arapongas, que represento, sem a menor satisfação por parte daqueles que o afastaram, mantiveram preso e desmoralizaram através da imprensa.

Assim deixo, a pergunta na Casa em resposta às perguntas que aqui se levantaram: existe progresso material capaz de com-

pensar a quebra da liberdade? Muito obrigado.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA – Agradeço o aparte do ilustre líder da bancada que veio ao meu encontro, que sempre vem nos socorrer em nossos pronunciamentos.

A resposta com referência aos direitos humanos quem deverá responder, em uma oportunidade futura, é o ilustre líder do Governo. O Deputado Del Ciel falou em ensino gratuito.

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência avisa o eminente orador que tem dois minutos para encerrar a sua oração.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA – Na minha região, que é composta de muitos municípios, além de não existir mais propriamente o ensino gratuito, as escolas, os grupos escolares construídos, com grande sacrifício por governos passados, como já afirmei aqui na sexta-feira, como o do saudoso Manoel Ribas, não tem condições de funcionamento.

Este é o milagre da revolução? Quero deixar aqui o meu agradecimento à atenção dos Srs. Deputados e oportunamente Deputado Ivo Thomazoni, voltaremos ao assunto.

O SR. DEL CIEL – V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Para colaborar quero dizer a V. Exa. que no município de Ortigueira existem escolas cobertas de sapé.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA – Respeito todos os Srs. Deputados e agradeço a atenção. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n. 50/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 159/75, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando realização de pesquisa operacional sobre modelos de atendimento ao Grupo Materno Infantil a ser realizado em Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. – APROVADO.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n. 51/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 65/75, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança, com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local, aplicando dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J. APROVADO.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 56/75, de autoria do Dep. Antonio Facci, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância da cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. – APROVADO.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 51/74, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. – APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 70/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 23/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o valor de pensão mensal estipulada para as viúvas de ex-Presidentes, ex-Interventores e ex-Governadores do Estado do Paraná, fixado na Lei 6468, de 18 de outubro de 1973 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. – APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei 178/74, de autoria do

Dep. Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública o Centro Social e Beneficiente da Paróquia de São Cristovão, cidade de Cascavel. Parecer favorável da C.C.J. - APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 178/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o Centro Social e Beneficiente da Paróquia de São Cristovão, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1974.

a) IRIS CALDART.

JUSTIFICATIVA:

Pelo documento incluso - Estatuto - depreende-se que a Entidade preenche os requisitos necessários à declaração de utilidade pública, daí o projeto que nos permitimos de submeter ao estudo e à deliberação da Casa.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 40/75, de autoria do Dep. Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais, da cidade de Medianeira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. - APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 40/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais, com sede em Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se presente declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais, tendo finalidade assistenciais e filantrópicas prestando relevantes serviços à comunidade de Medianeira.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 178/75

PARECER.-

Submete-se ao estudo e parecer desta Comissão, Projeto de Lei, de autoria do ex-Deputado Iris Caldart, objetivando declarar de utilidade pública o Centro Social Beneficiente da Paróquia de São Cristovão, da cidade de Cascavel.

A referida entidade é uma associação religioso, organizada de acordo com as disposições legais e constitucionais, como comprova o Estatuto devidamente registrado, anexado ao processo.

Do exame do processo se constata que, efetivamente, a iniciativa atende a todos os requisitos da lei pertinente à matéria, e a justificativa apresentada nos convence de sua oportunidade.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1975.

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) NILSO SGUAREZI - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 40/75

PARECER.-

1- A presente iniciativa de lei de autoria do nobre Deputado Egon Pudell, objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - APAE - da cidade de Medianeira.

2- O plano de lei vem articulado e justificado, plenamente de acordo que possa determinar o Requerimento Interno.

3- Do ponto de vista de ordem legal ou constitucional nada existe que possa impedir a sua livre tramitação nesta Casa de Leis.

4- Assim sendo, voto pela sua aprovação.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) IVAN RUPELL - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 40/75

PARECER.-

De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, o presente Projeto de Lei objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Medianeira.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou favoravelmente à matéria.

Trata-se de uma entidade de finalidades assistenciais e filantrópicas, que vem prestando relevantes serviços à comunidade de Medianeira e, no âmbito desta Comissão de Finanças, nada existe que possa servir de obstáculo à sua tramitação nesta Casa.

Pelo exposto, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO - Relator.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja determinado a inclusão do Plano de Estradas Vicinais do Estado, a ligação entre Altamira, município de Palmital, a Guaraniaçu, via Santa Luzia - Planaltina.
APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que um nome do Paraná faça parte da nova diretoria da R.F.F.S.A. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expedientes aos Srs. Presidente do Banco Central e Presidente do Banco do Brasil, sugerindo que, os saldos das diversas linhas financiamentos concedidos anteriormente a 1974, sejam só incorporados aos atuais para efeito de inclusão ao Proagro. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo a autoridades federais, no sentido da inclusão da cultura do algodão, como planta intercalada. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja oficiado a Secretaria dos Transportes, solicitando a reconstrução da ponte que liga as comunidades e municípios, existentes sobre o rio Laranjinha. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja oficiado a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que informe sobre entrega de cobertores e quantas peças de flanelas ao Sr. Calito Tomé e Sr. Prefeito de Ribeirão do Pinhal. – REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Presidente da República, consubstanciado desta Assembléia, no sentido de que dentro do processo gradual e lento da redemocratização, haja por bem de, por sua iniciativa, dividir com os Presidentes do Judiciário e do Legislativo os poderes excepcionais que lhe são conferidos pelo AI-5.

De acordo com o requerimento aprovado, do Sr. Deputado Basílio Zanusso, a votação será nominal.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação.

Deputado Gabriel Sampaio - Sim
Deputado Del Ciel - Sim
Deputado Aguinaldo P. Lima - Ausente.
Deputado Mauricio Fruet - Sim.
Deputado Fidelcino Tolentino - Sim
Deputado Leopoldo Jacomel - Não.
Deputado Accioly Neto - Não
Deputado Adalberto Daros - Sim
Deputado Alfredo Gulin - Não
Deputado Antonio Facci - Sim.
Deputado Aragão de Mattos Leão - Ausente.
Deputado Basílio Zanusso - Não.
Deputado Dácio Leonel - Não
Deputado David Federmann - Ausente.
Deputado Deni Schwartz - Sim
Deputado Domicio Scaramella - Sim
Deputado Edilson Alencar - Ausente
Deputado Egon Pudell - Ausente
Deputado Enéas Faria - Sim
Deputado Ernesto Dal'Oglio - Sim
Deputado Ernesto Gnoato - Sim
Deputado Ezequias Losso - Não
Deputado Fabiano Braga Côrtes - Não
Deputado Francisco Escorsin - Não
Deputado Fuad Nacli - Sim
Deputado Gabriel Manoel - Não.
Deputado Gilberto Carvalho - Não
Deputado Hélio Manfrinato - ausente
Ivan Rüppel - Ausente
Jayme Rodrigues Carvalho - Ausente
João Cioni Neto - Não
José Domingos Scarpelini - Ausente
Jorge Sato - Não
Jurandyr Messias - Não
Lázaro Dumont - Não
Lineu Turra - Não
Lúcio Machado - Sim
Luiz Alberto Oliveria - Não
Luiz Carlos Zuk - Sim
Luiz Roberto Soares - Ausente
Nelson Buffara - Ausente
Nilso Sguarezi - Ausente
Osvaldo Macedo - Ausente
Muggiati Filho - Sim
Otássio Pereira - Ausente
Quiêlse Crisóstomo - Ausente
Rosário Pitelli - Não
Trajano Bastos - Sim
Valter Pietrângelo - Não

Valdenício Barbalho - Ausente

Werner Wanderer - Não

Wilson Fortes - Não

Votaram 34 Srs. Deputados.

19 não

15 sim

REJEITADO O REQUERIMENTO.

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã terça feira, dia 12, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 178/74 e 40/75.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 178/74 e 40/75

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 52/75 e do Projeto de Lei nº 189/74.

Levanta-se a Sessão.

ATA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e cinco, às dezenove horas, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Sr. Deputado Alfredo Gulin, presentes os Srs. Deputados David Federmann e Lineu Turra, havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. EXPEDIENTE:– Ofício da Câmara dos Deputados, convidando esta Comissão a comparecer ao Simpósio Nacional sobre o Programa de Desenvolvimento Ferroviário 1975/79, a realizar-se no Plenário da Câmara dos Deputados em Brasília, no dia 3 de junho de 1975, o Sr. Presidente com anuência do Sr. Presidente, desta Casa, indica o Sr. Deputado David Federmann, para representar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Passando-se de imediato à ORDEM DO DIA:– PROJETO DE LEI Nº 121/75, do Sr. Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a estrada que liga o Município de Palmeira à Ponta Grossa, relator o Sr. Deputado Alfredo Gulin, que na qualidade de Presidente avocou o referido Projeto para relatar. Parecer contrário, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 07/75 – de autoria do sr. Deputado Lineu M. Turra, que integra em caráter prioritário no Plano Rodoviário Estadual, os serviços de retificação e pavimentação, da estrada que liga as cidades de Palmeira a Ponta Grossa, relator o Sr. Deputado Alfredo Gulin, que na qualidade de Presidente da Comissão avocou o referido Projeto para oferecer parecer, o qual foi favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 16/75:– de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, que autoriza o Poder Executivo construir um prédio em alvenaria na sede do município de Imbituva, destinado ao funcionamento de curso de primeiro grau, relator o Sr. Deputado Lineu Turra, parecer favorável com substitutivo, aprovado, PROJETO DE LEI Nº 136/74, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o município de Curitiba, com finalidade de construir na estrada de Cavalão Baio (R-940), ligação Curitiba Araucária, uma ponte e de concreto sobre o Rio Barigui, relator o Sr. Deputado David Federmann, parecer contrário, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente, bem como por mim, secretário.

aa) ALFREDO GULIN – Presidente

ROBERTO DINIS SATYRO – Secretário